

Três teses tortas

As interpretações mais correntes sobre os resultados de 3 de outubro são pouco políticas e apressadas

Raimundo Rodrigues **Pereira**

1. Três teses

Para qualquer análise política se precisa de um ponto de vista. Por esse motivo, a análise dos resultados das eleições municipais de 3 de outubro não é tarefa fácil. Se o ponto de vista é o da antiga oposição popular, que há anos vinha lutando pela democratização do país na perspectiva de uma mudança de modelo econômico, qual é exatamente esse ponto de vista hoje, se o governo Lula - que se imaginava que fosse exatamente o governo eleito com a missão de aprofundar a democratização do país *com a adoção de um outro modelo econômico* - parece que simplesmente desistiu dessa formulação?

Uma demonstração bem próxima das dificuldades da análise que se pretende fazer neste artigo de REPORTAGEM é, por exemplo, o fato de que, dos três editores gerais da revista, todos eleitores em São Paulo, um votou nulo, outro votou em Luiza Erundina, a candidata do PSB, e outro em Marta Suplicy, a candidata do PT. E apoiadores e amigos tradicionais da equipe de jornalistas que fazem a revista ainda mostraram outras opções de voto: houve quem articulasse um manifesto pelo chamado voto crítico em São Paulo, outros que participaram da articulação de mani-

festos semelhante em Belo Horizonte e quem defendesse, na capital paulista, o voto em José Serra, o candidato do PSDB, com o argumento de que é preciso dificultar as reformas de natureza neoliberal e o plano econômico atual do governo Lula.

Nos inúmeros artigos publicados em jornais e revistas ou pela internet a respeito se destacaram três avaliações mais gerais do pleito de 3 de outubro. Uma sugere que os resultados mostram um fortalecimento excessivo do PT, que seria ruim para a democracia brasileira, trazendo a ameaça de um regime de partido único. Outra, diz que os resultados mostram um fortalecimento da frente organizada em torno do governo Lula, significando um aprofundamento da democratização e das perspectivas de mudança social no país. E uma terceira, sugere que os resultados mostram uma polarização do sistema político brasileiro, em torno de dois partidos fortes - PT e PSDB - com a tendência saudável de se criar no país um modelo de tipo bipartidário americano.

Os resultados numéricos das eleições de 3 de outubro, se selecionados de forma conveniente, podem dar razão a qualquer das três linhas mais difundidas de avaliação. O PT continua crescendo em todos os níveis e espalhan-

do-se pelo país: foi o partido que mais aumentou seu número de prefeitos e de vereadores e o que mais votos teve nas eleições para as prefeituras e Câmaras Municipais. Além disso, se interiorizou: ampliou sua presença nas cidades pequenas e médias. Ou seja: o PT parece ter um crescimento voraz e ameaçador, como querem uns. Ao mesmo tempo, os números dão argumento para quem vê a chamada polarização: o PSDB, embora tenha tido uma redução no número de prefeitos e vereadores eleitos, aumentou sua votação, em termos absolutos e percentuais, porque recuperou posições que havia perdido em grandes cidades, notadamente no Estado de São Paulo, onde, inclusive, conseguiu bater o PT que havia sido o partido mais votado nas eleições municipais anteriores. E finalmente, somando os votos dos partidos oficialmente governistas - PT, PCdoB, PL, PSB, PTB, PPS, PMDB e PP - o governo teria tido no país mais de 60% dos votos válidos. E os oposicionistas - o bloco PSDB mais PFL, somado ao PDT - menos de 40%. Isso daria razão à tese de que as eleições contribuíram para abrir um caminho mais favorável para a mudança do modelo econômico do país, pela vitória "das forças progressistas".

2. Uma crítica

Uma crítica a essas três linhas de avaliação deve começar com uma ressalva. É preciso aguardar o 31 de outubro, com os resultados do segundo turno. Isso porque o país não realizou 5.562 eleições iguais. Embora todos os 5.562 municípios tenham sua importância e peculiaridades, alguns têm importância nacional muito maior que os outros e na maioria dos municípios maiores as eleições não terminaram. Haverá eleições de segundo turno em cinco das 8 cidades brasileiras com mais de um milhão de eleitores; e em 44 das 72 cidades do país com mais de 200 mil eleitores.

O Brasil é um país com uma história de desenvolvimento muito desigual, onde alguns municípios se agigantaram desproporcionalmente. São Paulo, que terá segundo turno, por exemplo, é uma cidade monstruosa, não só em termos de população e problemas sociais. Mas também em termos de orçamento e poder. Uma derrota do PT em São Paulo, onde a prefeita Marta Suplicy disputa com José Serra, o candidato do PSDB derrotado por Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 2002, terá um grande significado político. Em São Paulo, o PT investiu pesadamente numa campanha que foi praticamente uma continuidade do que foi a campanha de Lula em 2002: o mesmo marqueteiro, Duda Mendonça; o mesmo estilo de campanha no primeiro turno, apoiado cada vez menos na militância política consciente e cada vez mais em amplos recursos obtidos do grande empresariado; e uma relativização dos grandes problemas da cidade, como o desemprego e a dívida descomunal que ameaça devorar 25% das receitas do município e que são resultantes da política econômica herdada de FHC e que a administração federal petista não modificou e nem quer discutir.

Marta Suplicy faz parte - com o presidente da República Lula, os ministros José Dirceu, Antônio Palocci e Luiz Gushiken e o presidente do partido, José Genoíno - do comando petista, que aglutina cerca de 70% do partido. A esquerda do partido, representada pelas correntes *Democracia Socialista*, *Articulação de Esquerda*, *Ação Popular de Esquerda* e outras menores, tem cerca de 30% dos votos partidários. O blo-

co majoritário, onde está Marta, por sua vez, pode ser dividido entre uma direita, dos que, como o presidente Lula, acham que é necessário, uma união PT-PSDB. É um centro, onde ficam figuras como o ministro José Dirceu, que vê no PSDB o principal adversário dos petistas. Que resultado teria uma eventual eleição de José Serra sobre a chamada polarização PT-PSDB? Ao votar em 3 de outubro o ministro José Dirceu disse: “O país caminha para ter dois grandes partidos, que são o PT e o PSDB. Está claro nesta eleição que vai haver uma polarização do eleitorado”. A intenção do ministro parece clara. Mas da intenção aos fatos vai uma distância, no entanto.

A política brasileira não se desenvolve num vazio. As eleições de 3 de outubro foram realizadas numa conjuntura de otimismo, quando modestos sinais de crescimento do emprego favoreceram muito à aprovação do governo Lula e pareceram confirmar o acerto da política econômica posta em prática pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

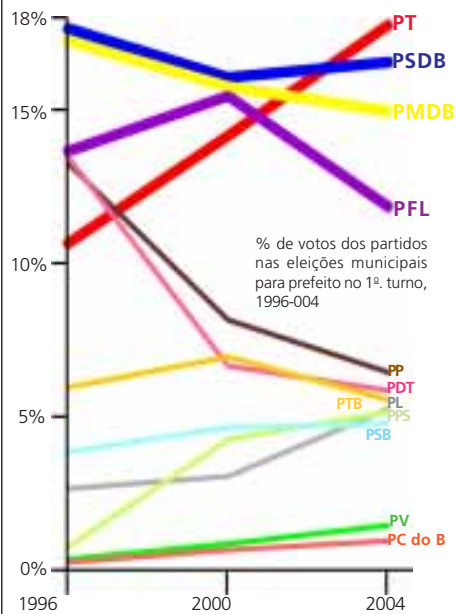
Mas esse quadro pode mudar. O sistema de partidos políticos brasileiros é em geral guiado por cima e muitas vezes de fora, sem projetos com raízes nacionais mais fundas. Os partidos, em geral, são frentes formadas com objetivos de prazo curto ou médio e as mudanças são frequentes. O PT nasceu nas grandes lutas operárias do ABC paulista mas é hoje muito diferente do partido de cerca de um quarto de século atrás. A direita dizia que a eleição presidencial tinha sido ganha por Lula, não pelo PT, que seria uma união inconfiável de correntes de esquerda. De fato, Lula formou um governo no qual o controle dos postos-chaves das áreas econômico-financeiras foram entregues a conservadores - a Palocci e Meirelles, já citados, e a Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura, e Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Hoje, não é o PT que dirige o governo Lula, mas o contrário: o PT é que é comandado por essa aliança com a direita, formada em torno do presidente. Essa situação, por sua vez, gera expressivo descontentamento no partido, na base governista e em setores do governo, que pode aumentar com

o desconforto que possa ser criado pelos resultados eleitorais.

O resultado das eleições em Fortaleza onde é possível a vitória de Luizianne Lins, uma dissidente do PT nacional, mostra um aspecto dessas contradições. Luizianne acabou derrotando o candidato que tinha tudo para ser, na cidade, o verdadeiro representante do *bloco popular e progressista pelas mudanças*, o deputado federal Inácio Arruda, do PCdoB. Arruda tem longa tradição junto aos movimentos populares da cidade. E era o líder nas pesquisas de intenção de voto quando a disputa eleitoral começou. No entanto, um dos argumentos mais usados por seus adversários, e que pode tê-lo derrubado, foi o fato de ele ter votado a favor, ou de algum modo apoiado, alguns pontos críticos da política econômica conservadora do governo federal - como a reforma da Previdência, a taxação dos inativos e o salário mínimo de R\$ 260. Evidentemente, isso não basta para definir um resultado eleitoral: veja-se por exemplo, que Lindberg Farias, que votou como Inácio pelas medidas impopulares, está no segundo turno como candidato do PT a prefeito em Nova Iguaçu (RJ). De qualquer modo, as eleições em Fortaleza

A contabilidade dos votos

Pelo critério da porcentagem de votos para prefeito, o PT disparou na frente





Luizianne (ao centro) em reunião com petistas de Fortaleza: um resultado que não confirma nenhuma das teses mais conhecidas

não provam nenhuma das grandes avaliações sobre os resultados eleitorais. Nem a 1, que o PT cresceu de forma monolítica; nem a 2, a polarização PT-PSDB; nem a 3, a vitória das forças progressistas alinhadas em torno do presidente Lula.

Que lições tirará do episódio de Fortaleza o PCdoB, por exemplo? No mínimo, o partido foi abandonado pelo PT na cidade. Os comunistas apoiaram os candidatos do PT em 18 capitais; e queriam o apoio do PT especialmente em Fortaleza. O PCdoB considerará que perdeu porque não teve mais independência em relação ao governo nas votações em defesa de políticas conservadoras ou porque foi boicotado por um bloco esquerdista que vai atrapalhar a política correta do governo Lula?

O PCdoB, como de resto todos os partidos pequenos e médios, prepara-se para enfrentar grandes dificuldades políticas. Nas eleições de 2006, para que os partidos tenham direito à representação própria no Parlamento, acesso ao sistema de propaganda eleitoral gratuita pelo rádio e televisão e ao fundo partidário, será exigido que tenham pelo menos 5% dos votos do país para a Câmara dos Deputados e mais de 2% para os Legislativos em pelo menos nove Estados. O PCdoB está distante de atingir essas porcentagens. Em São Paulo, por exemplo, onde concorreu com chapa própria de vereadores, teve cerca de 1% dos votos e elegeu apenas um representante, o ex-jogador Ademir da Guia. Um dos principais quadros políticos do partido, o deputado Aldo Re-

curso: os resultados obtidos pelo PDT, o primeiro dos partidos da antiga oposição a se desgrudar de Lula. O PDT é o partido de Leonel Brizola, o herdeiro de Vargas, de quem Lula, de algum modo, herda o *trabalhismo*. Nas vésperas de sua morte, Brizola articulava um acordo com Anthony Garotinho, hoje presidente do PMDB do Rio. Garotinho é prova viva da fragilidade do sistema partidário brasileiro. Ele é um político carioca, com origem no PT. Mas estava no PDT do Rio, nas eleições municipais de 2000, onde ajudou a eleger 33 prefeitos, cerca de um terço do total do Estado. Em 2002 foi para o PSB, partido pelo qual disputaria as eleições presidenciais, egeria sua mulher Rosinha Matheus governadora do Rio e para o qual levou 38 prefeitos. Hoje está no PMDB, para onde carregou os prefeitos. Agora, especula-se que ele poderia ser candidato pelo PDT. Garotinho acabou se transformando no grande adversário do PT no Estado do Rio. Para se contrapor a Garotinho, o PT nacional como que abandonou a disputa contra César Maia, do PFL na cidade do Rio de Janeiro e costurou com o pefelista apoio aos candidatos petistas Lindberg Farias, em Nova Iguaçu, e Godofredo Pinto, em Niterói.

O presidente do PDT, Carlos Luppi, num balanço sobre os resultados obtidos pela sigla em 2004, mostrou o seguinte: que o partido, que todos julgavam moribundo, especialmente após a morte de Brizola, melhorou seu desempenho em relação a eleições anteriores. O partido, disse Luppi, tornou-

se o maior dos partidos médios: foi o quinto colocado em número de votos para vereador, ficando atrás apenas do PT, PSDB, PMDB e PFL; e o sexto no número total de votos para prefeito, com 5,5 milhões de votos, ficando atrás dos quatro grandes citados e mais do PP. Em 2000, o PDT elegeu 287 prefeitos, mas chegou a 3 de outubro com apenas 145, porque muitos dos eleitos pela legenda debandaram para outros partidos. Agora, em 3 de outubro, o PDT já elegeu 300 prefeitos. E ainda disputa o segundo turno em sete destacadas cidades, entre as quais duas capitais – Salvador e Maceió – e Campinas e Niterói. Luppi disse também que o PDT não será o partido pelo qual Anthony Garotinho conseguirá se candidatar a presidente da República em 2006. Os jornais tinham noticiado que a desistência de Moreira Franco de disputar pelo PMDB o segundo turno em Niterói e de apoiar o candidato do PDT contra o do PT teria sido parte de um acordo pelo qual Garotinho deixaria o PMDB e voltaria ao PDT.

Um outro fato que ajuda a compreender a complexidade da eleição em se o maior dos partidos médios: foi o quinto colocado em número de votos para vereador, ficando atrás apenas do PT, PSDB, PMDB e PFL; e o sexto no número total de votos para prefeito, com 5,5 milhões de votos, ficando atrás dos quatro grandes citados e mais do PP. Em 2000, o PDT elegeu 287 prefeitos, mas chegou a 3 de outubro com apenas 145, porque muitos dos eleitos pela legenda debandaram para outros partidos. Agora, em 3 de outubro, o PDT já elegeu 300 prefeitos. E ainda disputa o segundo turno em sete destacadas cidades, entre as quais duas capitais – Salvador e Maceió – e Campinas e Niterói. Luppi disse também que o PDT não será o partido pelo qual Anthony Garotinho conseguirá se candidatar a presidente da República em 2006. Os jornais tinham noticiado que a desistência de Moreira Franco de disputar pelo PMDB o segundo turno em Niterói e de apoiar o candidato do PDT contra o do PT teria sido parte de um acordo pelo qual Garotinho deixaria o PMDB e voltaria ao PDT.

Luppi disse, no entanto, que seu partido pode ser uma opção para o caso de a senadora Heloísa Helena não conseguir organizar formalmente o PSol – Partido do Socialismo e da Liberdade – a tempo de participar das eleições de 2006. Como se sabe, uma corrente entre as forças que organizam esse novo partido planeja lançar a candidatura de Heloísa Helena – sua figura mais conhecida, que foi do PT, da ala *Democracia Socialista* – à Presidência da República em 2006. Em 3 de outubro, o PSol aproveitou para tentar acelerar o processo de coleta de assinaturas para sua inscrição definitiva na Justiça Eleitoral brasileira, que exige apoio formal de 440 mil eleitores até julho de 2005 para conceder o registro já pedido. O PSol obteve 52.000 apoios a 3 de outubro e está praticamente com 300.000 assinaturas.

O PSol é como que uma tentativa de refundar o PT. Se tiver sucesso e se a história se repetir, dentro de 25 anos, a idade do PT logo mais, ele será um partido forte. Por enquanto, pode-se dizer que a história não se repete. Para outras conclusões a respeito das eleições municipais e especialmente sobre os dilemas da esquerda brasileira, aguarde Reportagem 62, que sairá logo depois do 31 de outubro. ■